

Agência Brasileira Gestora de Fundos
Garantidores e Garantias S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2019

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações Contábeis Intermediárias da **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.** ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em **31 de março de 2019**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias.



Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e de 31 de março de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, e o relatório emitido sem modificação de opinião e conclusão datado em 14 de março de 2019 e 25 de abril de 2018, respectivamente.

Brasília-DF, 20 de agosto de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S -DF

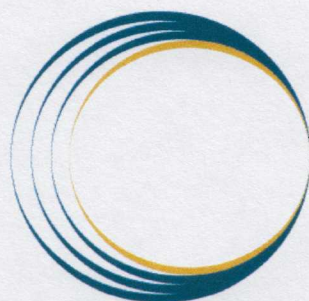


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3



Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2019



abgf

**Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.**

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)	7
NOTAS EXPLICATIVAS	8
1. Informações Gerais.....	8
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias.....	8
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	9
4. Caixa e equivalentes de caixa	9
5. Contas a receber de clientes	9
6. Tributos a recuperar / compensar	10
7. Outros créditos.....	11
8. Investimento em Fundos Garantidores	11
9. Imobilizado e Intangível	12
10. Obrigações Trabalhistas e Sociais	13
11. Obrigações Fiscais e Tributárias	14
12. Patrimônio Líquido	14
13. Receita Operacional Líquida	16
14. Custos dos Serviços Prestados.....	16
15. Despesas Administrativas por Natureza	17
16. Despesas com Pessoal por Natureza	18
17. Partes relacionadas	19
18. Despesas Tributárias.....	19
19. Resultado Financeiro Líquido	20
20. Compromissos, Responsabilidades e Contingências	20
21. Eventos Subsequentes.....	21

Demonstrações Contábeis Intermediárias

em 31 de março de 2019

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	31/03/2019	31/12/2018		NE	31/03/2019	31/12/2018
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		306.894.760	303.897.978	CIRCULANTE		6.731.455	6.159.415
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	300.427.049	298.452.477	Contas a Pagar/Fornecedores		281.073	520.489
Clientes	5	3.345.609	3.478.481	Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	2.370.837	2.128.143
Tributos a Recuperar	6	2.795.979	1.780.967	Obrigações Fiscais e Tributárias	11	1.542.777	1.012.436
Outros Créditos	7	326.123	186.053	Juros sobre Capital Próprio a Pagar		2.536.768	2.498.347
NÃO CIRCULANTE		2.993.039.698	2.885.580.927	NÃO CIRCULANTE		393.054.710	356.526.822
Cotas de Fundos Garantidores	8	2.990.329.848	2.882.894.885	Obrigações Tributárias de Longo Prazo	11	393.054.710	356.526.822
Imobilizado	9	2.504.485	2.512.828	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	2.900.148.293	2.826.792.668
Intangível	9	205.365	173.214	Capital Social		2.071.606.292	2.071.606.292
				Reserva Legal		4.138.026	4.138.026
				Reserva Estatutária		58.966.871	58.966.871
				Lucros/Prejuízos Acumulados		2.448.550	—
				Outros Resultados Abrangentes	12.c	762.988.554	692.081.479
TOTAL DO ATIVO		3.299.934.458	3.189.478.905	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.299.934.458	3.189.478.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	Trimestre findo em	
		31/03/2019	31/03/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	5.765.503	5.901.795
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(3.098.267)	(4.908.848)
Com Pessoal		(2.352.922)	(4.017.425)
Administrativos		(745.345)	(891.423)
LUCRO BRUTO		2.667.236	992.947
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.691.297)	(1.915.375)
Despesas administrativas	15	(416.955)	(16.548)
Despesas com pessoal	16	(2.987.344)	(1.601.226)
Despesas tributárias	18	(339.073)	(297.601)
Outras receitas (despesas) operacionais		52.075	—
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.024.061)	(922.428)
Resultado financeiro líquido	19	4.404.818	4.551.058
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		3.380.757	3.628.630
Imposto de renda e contribuição social		(932.207)	(981.594)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.448.550	2.647.036
Quantidade de Ações Ordinárias		50.000	50.000
Lucro Líquido por ação / ação diluída		48,97	52,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	NE	Trimestre findo em	
		31/03/2019	31/03/2018
Lucro Líquido do 1º Trimestre de 2019		2.448.550	2.647.036
Outros Resultados Abrangentes			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Cotas de Fundos Garantidores	12.c	70.907.075	69.200.706
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		73.355.625	71.847.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2019

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	NE	Capital Social	Reservas		Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Estatutária			
Saldo final em 31/12/2017		2.071.606.292	3.612.058	51.471.829	441.952.695	–	2.568.642.874
Lucro Líquido do Período		–	–	–	–	2.647.036	2.647.036
Outros Resultados Abrangentes		–	–	–	69.200.706	–	69.200.706
Saldo Final em 31/03/2018		2.071.606.292	3.612.058	51.471.829	511.153.401	2.647.036	2.640.490.616
Lucro Líquido do Período		–	–	–	–	7.872.321	7.872.321
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Constituição de Reserva Legal		–	525.968	–	–	(525.968)	–
Juros Sobre o Capital Próprio		–	–	–	–	(2.498.347)	(2.498.347)
Constituição de Reserva Estatutária		–	–	7.495.042	–	(7.495.042)	–
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes		–	–	–	180.928.078	–	180.928.078
Saldo Final em 31/12/2018		2.071.606.292	4.138.026	58.966.871	692.081.479	–	2.826.792.668
Lucro Líquido do Período	12	–	–	–	–	2.448.550	2.448.550
Outros Resultados Abrangentes		–	–	–	70.907.075	–	70.907.075
Saldo Final em 31/03/2019		2.071.606.292	4.138.026	58.966.871	762.988.554	2.448.550	2.900.148.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

	NE	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais			
Lucro do Trimestre	12	2.448.550	2.647.036
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre Dividendos e/ou JCP Distribuídos		40.783	172.273
Depreciação/Amortização/Ajuste Vr. Recuperável	15	187.781	96.940
Resultado ajustado		2.677.114	2.916.249
Variações nos Ativos			
Redução de Clientes		132.872	148.963
Aumento de Tributos a Recuperar		(1.015.012)	(1.492.804)
Aumento de Outros Créditos		(140.070)	(185.907)
Variações nos Passivos			
Redução de Fornecedores/Contas a Pagar		(241.780)	(52.197)
Aumento de Obrigações Trabalhistas e Sociais		242.695	430.756
Aumento (Redução) de Obrigações Fiscais e Tributárias		530.342	(9.792.199)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.186.161	(8.027.139)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado e Intangível		(211.589)	(219.900)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(211.589)	(219.900)
Aumento (Redução) líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.974.572	(8.247.039)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do período		298.452.477	313.619.439
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período		300.427.049	305.372.400
Aumento (Redução) líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.974.572	(8.247.039)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Economia, companhia fechada de direito privado, criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pelo art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.

A ABGF atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na prestação de serviços de análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação. A Companhia presta serviços de análise das operações no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, inclusive na adoção de eventuais medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à recuperação de créditos da União, decorrentes de indenizações pagas.

Como agência de crédito à exportação (*Export Credit Agency - ECA*), a ABGF representa a União em assuntos relativos ao comércio exterior.

Atua, ainda, na prestação de garantias indiretas às operações de riscos de crédito para microempreendedores individuais, autônomos, micro, pequenas e médias empresas, em áreas de grande interesse econômico ou social, na forma da Lei nº 12.712, de 2012, § 4º, art. 38.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A ABGF foi autorizada a emitir garantias diretas, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012, por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014.

A Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013, dispõe sobre a ABGF e no seu art. 5º estabelece que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) definirá as informações que deverão ser prestadas pela ABGF e que, para as operações de emissão de garantias diretas, aplica-se, no que couber, o disposto nas normas aplicáveis às sociedades seguradoras.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira. As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstração intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 21 (R4) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Deliberação CVM nº 673, de 20 de outubro de 2011.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

As políticas e métodos contábeis adotados no primeiro trimestre de 2019 foram aplicados consistentemente com os mesmos critérios utilizados no encerramento do exercício de 2018.

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 21 de maio de 2019.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

		31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	4.088	4.256	(3,9%)
Aplicações Financeiras	(ii)	300.422.961	298.448.221	0,7%
		300.427.049	298.452.477	0,7%

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Suprimento de Fundos), de acordo com norma interna ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimentos em Cotas BB PARANOÁ FIC FI CP, mantido junto ao Banco do Brasil S.A.

O BB PARANOÁ FIC FI CP tem disponibilidade imediata, com liquidez de resgate no mesmo dia da solicitação. A seguir a composição da carteira do FIC exclusivo da ABGF, com posição em 31/03/2019.

	(valor em milhares de reais)	
Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	21.450.148	300.431
Total do Ativo		300.431
Valores a Pagar		8
Patrimônio Líquido		300.423
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		300.431

5. Contas a receber de clientes

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato celebrado com a União por intermédio da extinta Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), atual Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Ministério da Economia (SECINT/ME) e por outorga legal ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Variação %
SECINT/ME (antiga SAIN/MF)	(i)	2.783.927	2.783.927	0,0%
FESR	(ii)	354.102	371.151	(4,6%)
FGIE	(iii)	207.580	323.403	(35,8%)
		3.345.609	3.478.481	3,8%

- (i) Valor a receber da SECINT/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior;
- (ii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos;
- (iii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural do mês de encerramento dos respectivos períodos. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017.

6. Tributos a recuperar / compensar

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião de serviços prestados:

		31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)		20.410	36.880
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)		97.967	177.024
Saldo Negativo de CSLL	(i)	1.546.943	1.546.943
Saldo Negativo de IRPJ	(i)	8.783	8.783
IRPJ e CSLL pagos por estimativa	(ii)	1.121.821	—
Outros tributos e contribuições a Recuperar		55	11.337
Total dos Tributos a Recuperar		2.795.979	1.780.967

- (i) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL referem-se ao exercício de 2018. O art. 161-A da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB, que ocorre em 31 de julho do ano subsequente.
- (ii) O valor refere-se ao pagamento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa, com base em balancetes de redução, os quais serão compensados ao final do exercício com os tributos devidos sobre o lucro do exercício completo.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

7. Outros créditos

		31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Despesas pagas Antecipadamente	(i)	123.395	68.319
Créditos a Fornecedores	(ii)	—	60.143
Estoques	(iii)	50.474	51.418
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes	(iv)	130.089	4.711
Outros Créditos		22.165	1.462
		326.123	186.053

- (i) Referem-se a valores pagos antecipadamente cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU e pagamento de licenças de uso de software por 12 meses, dentre outras com as mesmas características.
- (ii) O valor de Créditos a Fornecedores refere-se a contrato de serviços terceirizados em fase de encerramento/compensação com as obrigações com o fornecedor.
- (iii) O valor registrado em Estoques refere-se a material de expediente e escritório adquirido pela Companhia para uso em mais de um exercício.
- (iv) Refere-se, principalmente, a adiantamentos de 13º salário.

8. Investimento em Fundos Garantidores

As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial, que é o valor justo. Os quadros a seguir demonstram a movimentação dos investimentos em fundos garantidores ocorridas no 1º trimestre de 2019.

(a) Composição dos investimentos em 31/03/2019.

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGI	1.103.251.687	14.690.775	1.117.942.462	80,1%	895.868.790
FGO	2.665.444.825	194.564.443	2.860.009.268	20,2%	577.464.173
FGHab	2.074.922.490	108.290.470	2.183.212.960	40,6%	885.991.137
FGIE	619.798.098	12.453.677	632.251.775	99,8%	631.005.748
					2.990.329.848

- (i) Informações do Patrimônio Líquido total dos Fundos Garantidores.

(b) Quantidade de cotas dos fundos garantidores e participação da ABGF

	Qtde. de cotas totais dos fundos	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGI	566.705.420,44	80,1%	454.132.226,18	1,97	895.868.790
FGO	18.202.842,54	20,2%	3.675.334,04	157,12	577.464.173
FGHab	350.359.680,94	40,6%	142.182.910,13	6,23	885.991.137
FGIE	101.482,88	99,8%	101.282,88	6.230,13	631.005.748
Total de investimento em cotas dos Fundos Garantidores					2.990.329.848

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(c) Movimentação da participação.

Investimento	31/12/2018	Aportes em 2019	Valorização / Desvalorização	31/03/2019
FGI - Fdo. Gar. Investimentos ⁽ⁱ⁾	884.093.869	–	11.774.921	895.868.790
FGO – Fdo. de Gar. de Operações	538.179.685	–	39.284.488	577.464.173
FGHab - Fdo. Gar. Hab. Popular	842.044.716	–	43.946.421	885.991.137
FGIE - Fdo. Gar. de Infraestrutura	618.576.615	–	12.429.133	631.005.748
	2.882.894.885	–	107.434.963	2.990.329.848

- (i) Houve redução em 0,0143128% da participação da ABGF no FGI em razão de entrada de novos cotistas.

(d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Investimento	Ajustes Acumulados até 2018	Ajustes 1º trimestre 2019	Total dos Ajustes	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGI - Fdo. Gar. Investimentos	280.500.819	11.774.921	292.275.740	99.373.752	192.901.988
FGO – Fdo. de Gar. de Operações	334.257.981	39.284.488	373.542.469	127.004.439	246.538.030
FGHab - Fdo. Gar. Hab. Popular	321.687.288	43.946.421	365.633.708	124.315.461	241.318.247
FGIE - Fdo. Gar. de Infraestrutura	112.162.213	12.429.133	124.591.347	42.361.058	82.230.289
	1.048.608.301	107.434.963	1.156.043.264	393.054.710	762.988.554

9. Imobilizado e Intangível
(a) Composição Imobilizado e Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	RVR + Depreciação Acumulada	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Mobiliário em Geral	10% a 20%	440.064	(150.724)	289.340	302.587
Máq., Inst. e Utens. de Escritório	10% a 20%	261.698	(130.236)	131.462	142.014
Equip. de Informática e Software	20% a 40%	1.784.771	(787.107)	997.664	1.086.170
Benf. em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(109.070)	1.062.890	958.929
Equip. de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.152	(24.023)	23.129	23.128
Bens Intangíveis ⁽ⁱ⁾	20% a 40%	344.610	(139.245)	205.365	–
		4.050.255	(1.340.405)	2.709.850	2.512.828

RVR = Redução ao valor recuperável

(b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transferência	31 de março de 2019
Mobiliário em Geral	440.064	—	—	—	440.064
Máq., Inst. e Utens. de Escritório	261.698	—	—	—	261.698
Equip. de Informática e Software	1.784.771	—	—	—	1.784.771
Benf. em Imóveis de Terceiros	1.009.400	162.560	—	—	1.171.960
Equip. de Áudio, Vídeo e Fotos	45.653	1.499	—	—	47.152
Bens Intangíveis (i)	297.080	47.530	—	—	344.610
	3.838.666	164.059	—	—	4.050.255

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transferência	31 de março de 2019
Mobiliário em Geral	137.477	13.247	—	—	150.724
Máq., Inst. e Utens. de Escritório	119.684	10.553	—	—	130.237
Equip. de Informática e Software	698.601	88.505	—	—	787.106
Benf. em Imóveis de Terceiros	50.471	58.599	—	—	109.070
Equip. de Áudio, Vídeo e Fotos	22.525	1.498	—	—	24.023
Bens Intangíveis (i)	123.866	15.379	—	—	139.245
	1.152.624	187.781	—	—	1.340.405

- (i) no Ativo Intangível estão apropriados os softwares, classificados de acordo com a NBC TG 04 (R3)/CFC.

10. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
FGTS a Recolher	85.419	114.666
INSS/PSS a Recolher	312.276	298.885
Provisão para 13º Salário e Encargos	291.335	—
Provisão para Férias e Encargos	1.615.105	1.621.142
Ressarcimento de Salários Cedidos (i)	66.702	93.450
	2.370.837	2.128.143

- (i) Essa obrigação refere-se ao ressarcimento de salários dos Diretores cedidos pela União.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

11. Obrigações Fiscais e Tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia, das retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e contratações realizadas pela ABGF e, ainda, os tributos sobre o lucro do período.

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
IRPJ a Recolher	79.160	184.168
CSLL a Recolher	56.235	198.636
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro - 1º trimestre 2019 (i)	932.207	—
Tributos sobre o lucro	1.067.602	382.804
Cofins s/ Faturamento a Recolher	149.598	161.525
PIS s/ Faturamento a Recolher	29.491	31.941
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher	234.747	376.856
ISS a Recolher	10.379	16.170
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher	23.286	26.758
ISS Retenções a Recolher	7.873	5.578
INSS Retido a Recolher	10.291	10.804
Outros Tributos e Taxas a Recolher	9.510	—
Demais Tributos a Recolher	475.175	629.632
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	1.542.777	1.012.436
Imposto de Renda Diferido	289.010.816	262.152.075
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferida	104.043.894	94.374.747
Obrigações Tributárias de Longo Prazo (ii)	393.054.710	356.526.822

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do 1º trimestre de 2019 foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade. Para o período reportado, a alíquota média efetiva utilizada foi de 27,57%.
- (ii) As Obrigações Tributárias de Longo Prazo referem-se ao efeito tributário dos rendimentos auferidos sobre as cotas de fundos garantidores registradas em Outros Resultados Abrangentes, que somente serão exigidas quando do resgate dessas cotas.

12. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Capital Subscrito	2.071.606.292	2.071.606.292
Reserva Legal	4.138.026	4.138.026
Reserva Estatutária	58.966.871	58.966.871
Lucro do Período Intermediário	2.448.550	—
Outros Resultados Abrangentes	762.988.554	692.081.479
	2.900.148.293	2.826.792.668

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 2.071.606.292 (dois bilhões, setenta e um milhões, seiscentos e seis mil e duzentos e noventa e dois reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 41.432,13/por ação.

(b) Resultado do período

O resultado do 1º trimestre de 2019 foi de R\$ 3.380,8 mil, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, contra R\$ 3.628,6 mil no 1º trimestre de 2018, apresentando redução de 6,8%. As receitas com prestação de serviços e o resultado financeiro líquido tiveram redução de 2,3% e 3,2%, respectivamente, se comparados com o mesmo período de 2018.

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 2.448,6 mil no 1º trimestre de 2019 e R\$ 2.647,0 mil no mesmo período de 2018, apresentando redução de 7,5%. O lucro por ação foi de R\$ 48,97.

A seguir a composição dos resultados do 1º trimestre de 2019 e 2018:

	valores expressos em milhares de Reais		
	1º trimestre de 2019	1º trimestre de 2018	Variação %
Serviços Prestados	6.723,6	6.882,6	(2,3%)
(-) Tributos sobre o Faturamento	(958,1)	(980,8)	(2,3%)
Receita Líquida de Serviços	5.765,5	5.901,8	(2,3%)
Resultado Financeiro Líquido	4.404,8	4.551,0	(3,2%)
Outras Receitas Operacionais	52,1	—	100,0%
RECEITAS TOTAIS	10.222,4	10.452,8	(2,2%)
(-) Despesas Operacionais	(6.841,6)	(6.824,2)	0,3%
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	3.380,8	3.628,6	(6,8%)
IRPJ e CSLL	(932,2)	(981,6)	(5,0%)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.448,6	2.647,0	(7,5%)

(c) Resultado abrangente

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em ativos não circulantes avaliados a valor justo com reflexo em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Os resultados abrangentes do 1º trimestre de 2019 e do 1º trimestre de 2018 estão demonstrados a seguir:

	31 de março de 2019	31 de março de 2018	Variação %
FGHab – Fdo. Garantidor da Habitação Popular	29.004.638	24.500.658	18,4%
FGI - Fundo Garantidor de Investimentos	7.771.448	13.160.927	(41,0%)
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	8.203.228	6.607.502	24,2%
FGO - Fundo de Garantia de Operações	25.927.761	24.931.619	4,0%
	70.907.075	69.200.706	2,5%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A composição de Outros Resultados Abrangentes do Patrimônio Líquido, posição em 31/03/2019 e 31/12/2018, é a que se segue:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Variação %
FGHab – Fdo. Garantidor da Habitação Popular	241.318.247	212.313.609	13,7%
FGI - Fundo Garantidor de Investimentos	192.901.988	185.130.540	4,2%
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	82.230.289	74.027.061	11,1%
FGO - Fundo de Garantia de Operações	246.538.030	220.610.269	11,8%
	762.988.554	692.081.479	10,2%

13. Receita Operacional Líquida

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (SECINT/ME), antiga Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN/MF), relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo da receita bruta e líquida:

	31 de março de 2019	31 de março de 2018	Variação %	Análise Vertical %
Receita operacional Bruta	6.723.619	6.882.559	(2,3%)	100,0%
SECINT/ME (FGE)	4.881.227	4.750.000	2,8%	72,6%
FGIE	600.653	974.517	(38,4%)	8,9%
FESR	1.241.739	1.158.042	7,2%	18,5%
(-) Deduções da Receita	(958.116)	(980.764)	(2,3%)	(14,3%)
COFINS	(510.995)	(523.074)	(2,3%)	
Pis/Pasep	(110.940)	(113.562)	(2,3%)	
ISS	(336.181)	(344.128)	(2,3%)	
Receita operacional Líquida	5.765.503	5.901.795	(2,3%)	

14. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia – SECINT/ME (que substituiu a Sain/MF), para o FGIE e para o FESR.

	31 de março de 2019	31 de março de 2018	Variação %
Custos com Pessoal (i)	2.352.922	4.017.425	(41,4%)
Custos administrativos	745.345	891.423	(16,4%)
Gastos alocados aos serviços prestados	3.098.267	4.908.848	(36,9%)

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (i) A redução de 41,4% na alocação dos gastos com pessoal aos custos dos serviços prestados deve-se ao redirecionamento de funcionários para prospecção de novos negócios em consequência da eficiência operacional alcançada pela empresa.

15. Despesas Administrativas por Natureza

		31 de março de 2019	31 de março de 2018	Variação %
Viagens e Representações	(i)	87.263	154.646	(43,6%)
Serviços de Terceiros	(ii)	142.883	130.639	9,4%
Ocupação	(iii)	479.321	346.583	38,3%
Despesas Gerais	(iv)	331.125	207.383	59,7%
Créditos Tributários	(v)	(66.073)	(28.221)	134,1%
Depreciação		187.781	96.941	93,7%
Total das despesas administrativas		1.162.300	907.971	28,0%

Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (NE 14)		745.345	891.423	(16,4%)
Despesas Administrativas	(vi)	416.955	16.548	2419,7%

- (i) A rubrica "Viagens e Representações" registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Empresa;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínios das Unidades da ABGF no Rio de Janeiro e em Brasília, serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras;
- (v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003;
- (vi) Em função de novo entendimento no rateio dos custos indiretos administrativos ocorrido a partir do 2º trimestre de 2018, registrou-se aumento desses custos no 1º trimestre de 2019 se comparado com o mesmo período do exercício anterior.

16. Despesas com Pessoal por Natureza

		31 de março de 2019	31 de março de 2018	Variação %
Empregados:				
Salários, Encargos e Benefícios		4.404.520	4.882.818	(9,8%)
Salários e Ordenados		2.540.488	2.799.048	(9,2%)
Encargos Sociais		851.970	966.421	(11,8%)
Provisões Trabalhista e Previdenciária		702.518	801.850	(12,4%)
Benefícios Empregados		306.207	312.467	(2,0%)
Saúde e Segurança do Trabalho		3.337	3.032	10,1%
Diretoria e Conselhos:				
Honorários, Encargos e Benefícios	(i)	935.746	735.833	27,2%
Honorários do Conselho de Administração		97.344	65.163	49,4%
Honorários do Conselho Fiscal		50.909	36.934	37,8%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária		79.418	–	100%
Honorários da Diretoria Executiva		488.723	464.439	5,2%
Encargos Sociais Sobre Honorários		135.524	119.587	13,3%
Provisão Trabalhista e Previdenciária		34.668	7.068	390,5%
Benefícios a Diretores		49.160	42.642	15,3%
Total dos gastos com pessoal		5.340.266	5.618.651	(5,0%)
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (NE 14)				
	(ii)	2.352.922	4.017.425	(41,4%)
Despesas com pessoal	(ii)	2.987.344	1.601.226	86,6%

- (i) Com a estruturação de novos negócios, funcionários anteriormente alocados nas linhas de negócio que geram resultados foram realocados, resultando em aumento das despesas e diminuição dos custos dos serviços prestados.

A ABGF ressarcе às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela SEST.

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea “e”:

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 35,1 mil e R\$ 10,5 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 51,9 mil e R\$ 47,1 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 15,9 mil e R\$ 45,7 mil.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. As remunerações dos dirigentes considerada para essa informação são as aprovadas pela Assembleia Geral.

17. Partes relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração, Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF ressarcce aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

Os pagamentos à administradores e conselheiros constam da Nota 16.

(c) Reembolso de diretores cedidos

A ABGF possui dois diretores cedidos do Governo Federal. O Diretor Presidente é cedido da Advocacia Geral da União e a Diretora de Avaliação de Risco de Mercado é cedida da Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor ressarcido aos órgãos cedentes estão incluídos na remuneração dos administradores, constantes da Nota 16.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços prestados à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (SECINT/ME), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 5 e 13.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 4.

18. Despesas Tributárias

		31 de março de 2019	31 de março de 2018
CIDE	(i)	12.483	—
Impostos e Taxas Diversas	(ii)	56.704	11.234
IPTU	(iii)	19.689	13.193
Pis/Pasep e Cofins s/ Receitas Financeiras	(iv)	206.795	229.772
Taxa de Fiscalização Susep	(v)	43.402	43.402
Total		339.073	297.601

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessa ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis onde funcionam as Unidades da ABGF no Rio de Janeiro e em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;
- (v) Taxa de Fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do primeiro mês do trimestre e apropriada mensalmente por competência.

19. Resultado Financeiro Líquido

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4.

O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), do saldo de Tributos compensados no período.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, inclusive atualização dos juros sobre capital próprios a serem pagos em abril/2019.

O Resultado Financeiro líquido da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	31 de março de 2019	31 de março de 2018	Variação %
Rendimentos de aplicações financeiras	4.416.733	4.880.663	(9,5%)
Juros/Multas ativos	30.488	—	100,0%
	4.447.221	4.880.663	(8,9%)
Despesas financeiras (i)	(42.403)	(329.605)	(87,1%)
Resultado Financeiro líquido	4.404.818	4.551.058	(3,2%)

- (i) A variação no total das despesas financeiras foi em consequência da redução na atualização pela taxa Selic dos juros sobre o capital próprio (JCP). Em 2017 os JCP foram de 10,9 milhões enquanto em 2018 foram de 2,5 milhões, essa redução gerou atualização 77% menor em 2019.

20. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Segundo dados atualizados pela Superintendência Jurídica (SEJUR) até 31 de março de 2019, existem cinco ações judiciais em curso promovidas contra a ABGF, no valor total de R\$ 249.118, que têm por objeto comum pedido de indenização com fulcro no Seguro DPDM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

julho de 2016. Duas dessas ações incluíram em seus pedidos a indenização por danos morais, que somam o valor de R\$ 181.618.

Vara	Autor	Valor da Causa	Danos Materiais	Danos Morais
17a Cível Manaus/ AM	Deuze Macedo dos Santos	74.494	13.500	60.994
12a Cível Manaus/ AM	Adilson Alves de Lima	134.124	13.500	120.624
JEF Presidente Prudente	Roseli Aparecida Vagula de Freitas e Outros	13.500	13.500	-
2a Cível Resende/ RJ	Paula Bonard de Sousa	13.500	13.500	-
JEF Corumbá/MS	Jocimara Cavalheiro de Mello Seren	13.500	13.500	-
TOTAL		249.118	67.500	181.618

A probabilidade de perda quanto aos pedidos relativos a danos morais foi considerada REMOTA e quanto aos danos materiais POSSÍVEL, estes últimos perfazendo o montante de R\$ 67.500.

21. Eventos Subsequentes

A ABGF iniciou suas operações de emissão direta de garantia no âmbito do seguro de crédito à exportação (SCE) para micro, pequenas e médias empresas (MPME). A primeira operação de emissão direta de garantia relativa ao SCE ocorreu em maio/2019.

Brasília (DF), 31 de março de 2019.

Guilherme Estrada Rodrigues
 Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
 Diretor Administrativo e Financeiro

Helena Mulim Venceslau
 Diretora de Análise de Risco, Mercado e
 Monitoramento

Fernando Vitor dos Santos Sawczuk
 Diretor de Operações

Vilma Pasini de Souza
 Contadora
 CRC MG 56170/O-7 T-DF
 CPF: 365.527.046-15